

Sobre paradigmas (mais ou menos) humanos

MÁRIO MURTEIRA

RESUMO: Se o desenvolvimento do conhecimento necessita de um «paradigma humano» para orientar a sua trajetória, não parece que o processo de globalização, só por si, dê suporte e fundamento a um tal paradigma. Ora, é para uma «outra globalização» baseada num conhecimento ao serviço de um paradigma humano quanto possível consensual que o Séc. XXI urgentemente apela.

Palavras-chave: Economia Baseada no Conhecimento, Globalização, Desenvolvimento Humano, Paradigma

TITLE: On (more or less) human paradigms

ABSTRACT: If the development of knowledge requires a «human paradigm» to direct its trajectory, the globalisation process would not in itself seem to provide the support and basis for this. The 21st Century is in urgent need of «another globalisation» based on knowledge to serve a human paradigm which is as consensual as possible.

Key words: Knowledge Based Economy, Globalisation, Human Development, Paradigm

MÁRIO MURTEIRA

mlm@iscte.pt

Doutor em Economia (Universidade Técnica de Lisboa); Professor Catedrático Jubilado de Economia do ISCTE; Ex-Presidente da Escola de Gestão do ISCTE; Director da revista Economia Global e Gestão.
PhD in Economics (Lisbon Technical University); Full Emeritus Professor of Economics of ISCTE; Ex-President of ISCTE Business School; Director of Global Economics and Management Review.

CLARIDADES E SOMBRAS DAS TRANSIÇÕES PARA A ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO

Assistimos, presentemente, na prática social, e não apenas na mente de observadores mais ou menos imaginativos, à emergência de sistemas económicos ainda capitalistas mas que merecem a designação de 'economias baseadas no conhecimento', embora em vias de desenvolvimento mais do que realidades já consumadas e estabilizadas. São, no essencial, economias em que a actividade de gestão do conhecimento, em relação com o processo inovador, se tornou decisiva na competição entre actores económicos.

Já não é tão evidente a natureza desse conhecimento, para além da sua valorização pelo mercado. Daí a interrogação provocatória que enunciamos de forma caricatural: *«Economia baseada no conhecimento ou antes conhecimento baseado na economia?»*. Ou, explicando melhor a dúvida, ainda que, uma vez mais, de forma redutora: trata-se de um conhecimento ao serviço do desenvolvimento humano, algo a que se submete a economia de mercado, ou, pelo contrário, é a estrita racionalidade mercantil a subjugar o que antes fora apelidado, com algum romantismo, de generosa 'aventura do conhecimento humano'?

Perspectiva que nos conduz à procura de consensos possíveis, e dos métodos praticáveis para conseguí-los, em torno do que poderíamos designar por 'paradigma humano', como hipotética grande referência normativa da humanidade. Esta encontra-se cada vez mais dotada de múltiplos poderes sobre si mesma e sobre o contexto 'natural' donde emergiu após a muito longa trajetória que vem da profundidade dos tempos. Mas, simultaneamente, a humanidade revela-se mais insegura nos caminhos a seguir e nos limites a respeitar no exercício desses poderes. Além disso, como já notámos, desacreditaram-se as grandes ideologias portadoras de futuros garantidos, mesmo à distância de prazos muito longos. Reconhece-se, em vez disso, que não há caminho sinalizado de 'futuro', este tem de ser construído passo a passo, 'feito no andar'.

Retomando, nesta perspectiva, uma vasta e oportuna questão: «Poderá o desenvolvimento do conhecimento assegurar a convergência - ou pelo menos, a convivência, em lugar da destruição mútua - dos diferentes paradigmas humanos?».

Por 'paradigma humano' designamos a visão normativa do desenvolvimento humano, abrangendo um sistema coerente de valores, um amplo espaço de oportunidades oferecidas à valorização do ser e um conceito imperativo de solidariedade na existência social do homem.

Um tal paradigma, em resumo, é entendido em profundidade tal como é sugerido num quadro famoso de Gauguin, existirá para dar um sentido (isto é, significação: *quem sou?*) e uma direcção (isto é: *donde venho e para onde vou?*) à condição humana.

Esse paradigma essencial pode ou não decorrer de uma interpretação religiosa do universo. E a mesma fundamentação religiosa pode, aliás, originar diferentes paradigmas humanos, embora com elementos comuns, como sucede com o próprio cristianismo. A fundamentação laica do paradigma, em princípio, deveria decorrer de consensos tão alargados quanto possível sobre o seu conteúdo. Afirmção que tem implícita a hipótese de que os humanos, de uma forma mais ou menos consciente, buscam esse paradigma ao mesmo tempo que procuram a plenitude das suas existências.

Na prática, ao menos na ordem democrática ocidental, e claro que a um nível muito mais fragmentado, precário e pragmático, a procura de consensos normativos tem vindo a verificar-se em várias e importantes dimensões da vida das economias e sociedades. Mas tais 'consensos' não o são em rigor, é certo, pois são representativos apenas de parcelas da totalidade dos actores e interesses em questão. E pode mesmo adiantar-se que a afirmação de um determinado 'consenso' pode gerar um movimento que busca 'consensos' de sinal contrário, como sucedeu com o Fórum Económico Mundial de Davos e o Fórum Social Mundial, antagónico daquele, pela primeira vez reunido em Porto Alegre, no Brasil.

Poderemos, então, perguntar: «Se efectivamente assistimos à emergência de economias e sociedades 'baseadas' no conhecimento, deveremos concluir que também assistimos à emergência de um paradigma humano - no sentido definido - 'baseado no conhecimento'? Ou, se não assistimos ainda, poderemos esperá-lo no futuro?».

Na formulação elegante e sugestiva do economista francês François Perroux (1960), o paradigma ocidental - que designou por «visão comum aos ocidentais» - e que se afirma na procura da «economia sem escassez e da sociedade sem coacção», tem o seu núcleo genético na liberdade do indivíduo que só será inteiramente conseguida mediante a libertação, quer da escassez dos bens e serviços indispensáveis a uma existência condigna, quer do poder abusivo exercido na prática social por uns seres humanos sobre outros. Perspectiva, contudo, que sugere uma atitude «ocidentalocêntrica», que tem vindo a ser progressivamente contestada, pois conduziria a fazer coincidir o paradigma humano com a visão própria da tradição cultural do Ocidente.

Nos tempos que correm, é de registar, por ser significativo de uma evolução profunda, a múltipla procura de 'consensos' que encontramos em diversos domínios, ao nível de configurações mais ou menos amplas de nações e povos. É certo que guerras e genocídios têm prosseguido na crónica deste século, mas é o 'outro lado' ao mesmo tempo mais 'luminoso' e menos visível, ou talvez menos visto, dessa crónica que nos importa aqui referir.

Tratam-se de experiências práticas, a níveis políticos mais ou menos amplos, do local ao global, na busca de caminhos que muito genericamente (e também, sem dúvida, ambigualmente) poderíamos englobar na expressão 'desenvolvimento humano'.

Alguns exemplos, salientando a diversidade dos caminhos possíveis, que têm estado na ordem do dia: o polémico «consenso de Washington» que, ao menos na sua origem, pretendia representar um conjunto amplo de 'bons princípios' a nortear as políticas económicas dos Estados democráticos (Williamson, 1995) e compatível com as orientações das instituições de Bretton Woods, isto é, do Banco Mundial e FMI; uma versão alternativa sobre o mesmo tema, conhecida por «Consenso de Buenos Aires», subscrita pelos presidentes do Brasil e da Argentina e mais sensível aos problemas dos países ditos 'em desenvolvimento', mas não 'desenvolvidos' (documento publicado em *Economia Global e Gestão*, vol. VI, n.º 1/04); uma iniciativa menos conhecida, denominada o «Consenso de Copenhague», visando a definição de políticas da comunidade internacional que possam reduzir a possibilidade de graves conflitos entre os povos, incluindo o genocídio (referido em *The Economist*, Abril de 2004); enfim, a outro nível mais abrangente, a trabalhosa elaboração de uma «Constituição Europeia», definindo os fundamentos de uma organização abrangendo 25 Estados nacionais, todos identificados, ao menos em princípio, com os valores fundamentais da ordem democrática ocidental.

Iniciativas deste tipo emergem do que poderemos designar por 'ordem estabelecida' do sistema mundial, ou seja, traduzem de forma mais ou menos explícita e directa as posições e interesses prevalentes no sistema.

Contudo, devemos, paralelamente, evocar iniciativas doutro tipo, provenientes do que poderemos designar por sociedade civil global, geralmente de cariz anti-globalização liberal, mesmo de um radicalismo «anti-sistémico», para usar expressão do sociólogo norte-americano Wallerstein (2004). Iniciativas da sociedade civil que também podem revestir-se de carácter oposto, pró-sistémico, como o Fórum Económico Mundial de Davos, formalmente constituído como ONG e que reúne os líderes mais poderosos na esfera económica e política do pre-

sente sistema mundial. Este Fórum, aliás, parece ter sido a causa imediata, ou detonador, da constituição do Fórum Social Mundial, vasto e heterogéneo movimento de sinal contrário.

O FSM manifesta-se em grandes e diversificadas assembleias, como as reunidas em Porto Alegre, no Brasil, e, mais recentemente, em Mumbai, na Índia. Prevê-se nova reunião em Porto Alegre, em 2005, e em África, em 2006, tudo indicando grande vitalidade deste movimento oposto à globalização em curso... mas cada vez mais global à sua maneira e procurando contribuir para 'outra' globalização, como proclamam os seus mentores.

É de assinalar a grande heterogeneidade dos movimentos e grupos sociais que se têm associado a estas iniciativas. Heterogeneidade que, aliás, é reveladora da extensão do descontentamento com o presente estado da economia mundial. Por exemplo, veja-se a presença de sindicalistas norte-americanos da AFL-CIO, cuja principal motivação anti-globalização é a protecção do emprego dos trabalhadores norte-americanos face à concorrência de países de mão-de-obra (muito) mais barata. Trata-se, pois, nesse caso, de motivação proteccionista, protegendo situações relativamente privilegiadas à escala mundial.

Mas, ao mesmo tempo, é de registar a forte presença brasileira no Fórum, presença que, por paradoxal que pareça, está em larga medida associada ao próprio PT (Partido dos Trabalhadores), que actualmente governa o país. Destaque-se, ainda, que uma influente revista mensal, que recentemente celebrou meio século de existência - e que se poderá classificar como «escrita por intelectuais para outros intelectuais» -, publicada em diversas línguas, entre elas a portuguesa, e nascida de *Le Monde Diplomatique*, inicialmente apenas publicada em França, fortemente crítica da globalização em curso, encontra-se também associada à constituição do FSM.

Não é, evidentemente, de esperar destes vastos encontros do FSM, no âmbito daquilo que temos designado por «sociedade civil global», um posicionamento ideológico muito estruturado, coerente e consistente. Nem, na verdade, tal objectivo é procurado. Na prática, essa sociedade civil actua de múltiplas formas em múltiplos pontos no espaço-tempo e constitui, no seu conjunto e além do mais, uma vasta e diversificada resistência às dimensões mais negativas da globalização do sistema mundial. Por outro lado, na actividade de muitos países e organizações internacionais, a sociedade civil tem sido efectivamente chamada a participar na elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento, em particular as que visam prioritariamente, de formas mais ou menos directas, a redução da pobreza.

Interessa-nos destacar alguns textos directamente relacionados com o desenvolvimento humano e sustentável do Planeta e que são provenientes da vasta rede de instituições da ONU, tal como a Declaração do Milénio, adoptada pelos dirigentes mundiais em 2000. Dessa declaração surgiu uma sequência de conferências internacionais, que, entre outros resultados, originou o chamado «Consenso de Monterrey» (2002) e o «Millenium Development Compact» proposto num Relatório da ONU sobre Desenvolvimento Humano (2003). Deste último documento, destacamos algumas orientações que se nos afiguram mais significativas.

Afirma-se que «as estratégias nacionais deveriam basear-se em evidência sólida, boa ciência e apropriado acompanhamento e avaliação». O que poderá também considerar-se um apelo para «estratégias baseadas no conhecimento», mais do que nas ideologias e interesses correspondentes.

A comunidade internacional deve conjugar iniciativas para apoiar os esforços dos países mais pobres para escapar à pobreza. Estes devem visar objectivos precisos em saúde, educação, infra-estrutura e governância. A este propósito, é referido que mais de doze países pobres elaboraram documentos configurando Estratégias de Redução da Pobreza (ERP). Estas estratégias são preparadas pelos governos, mas resultam de vastos processos participativos envolvendo a sociedade civil e parceiros externos, entre eles o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Julga-se que as ERP têm contribuído para colocar a redução da pobreza no centro das estratégias de desenvolvimento, apesar das deficiências que podem apontar-se na sua elaboração.

Uma referência importante é feita à sociedade civil, como fecundo terreno no suporte à luta contra a pobreza e que, ainda segundo o referido documento, deverá colaborar de três modos: na elaboração das estratégias; como prestadores de serviços através de organizações comunitárias e ONG nacionais; e como «cães de guarda junto dos governos, para assegurar o cumprimento das suas promessas».

Também é de assinalar a recomendação para serem criados foros internacionais visando a inovação tecnológica mais necessária aos países pobres. Estes, como se sabe, além do mais, são também marginalizados nas prioridades correntemente atribuídas pelos centros de investigação científica e tecnológica na orientação das suas actividades. Pelo que é necessário mobilizar financiamentos específicos para apoiar a I&DE orientada segundo as prioridades dos países mais pobres.

PELA COEXISTÊNCIA PACÍFICA DOS VÁRIOS «PARADIGMAS HUMANOS»

Se o desenvolvimento do conhecimento necessita de um 'paradigma humano' para realizar a sua trajectória, e se no mundo actual não encontramos apenas um mas vários paradigmas humanos - em função, afinal, da diversidade de culturas e civilizações que subsiste no nosso tempo -, deveremos esperar desse desenvolvimento uma convergência, pelo menos, um suporte da convivência desses paradigmas?

Na realidade, a temática fundamental que está subjacente ao discurso típico das instituições da ONU em matéria de desenvolvimento humano tem a ver com a redução da pobreza e da exclusão social; por outras palavras, respeita à garantia de condições mínimas de existência humana para toda a população mundial. Embora mais timidamente, surge, ainda, a referência à garantia de oportunidades idênticas de desenvolvimento humano para toda a população mundial, o que obriga à superação de todas as formas de discriminação, sejam elas baseadas na nacionalidade, na cor, no género ou quaisquer outras.

Esta problemática já foi de algum modo abordada, há cerca de oito anos, por Samuel Huntington em livro polémico (*O choque das civilizações*, 1996). Esse autor previa a permanência de insuperáveis diferenças culturais, não sendo desejável alguma forma de hegemonia, mesmo em nome de uma hipotética civilização ocidental.

Até aos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, poderia talvez esperar-se que o aprofundamento do processo de globalização induzisse, a pouco e pouco, a disseminação de certa cultura gerada por esse processo. Ou admitir o bem fundado daquela tão citada afirmação de Keynes de que o capitalismo substituiu «as paixões pelos interesses». Mas, depois daqueles acontecimentos, parece difícil aceitar qualquer das duas posições.

O tema, como é sabido, reveste-se hoje de dramática actualidade, com o terrorismo em larga escala, também 'global' à sua maneira, que é praticado em nome de um fundamentalismo que a si próprio se classifica de islamita.

Em última análise, e não custa dizê-lo numa simples frase conclusiva, é para uma 'outra globalização' baseada num conhecimento ao serviço de um consensual paradigma humano que o Séc. XXI urgentemente apela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVENPORT, Thomas H. e PRUSAK, Laurence (2000), *Working Knowledge - How Organizations Manage What They Know*. Harvard Business School Press.

Sobre o papel informativo do Estado

JOSÉ LACERDA FONSECA

Diálogos sobre Economia do Conhecimento

MÁRIO MURTEIRA E JORGE NASCIMENTO RODRIGUES

The oil shock - In the eve of a radical societal change

ALI BAKHTIARI

- DRUCKER, Peter (2001a), **The Essential Drucker**. Harper Business, Nova Iorque.
 DRUCKER, Peter (2001b), **Management as Social Function and Liberal Art**. Harper Business, Nova Iorque.
 DRUCKER, Peter (2001c), «The next society», *The Economist*, 3 de Novembro.
 ETZKOWITZ, Henry (2003), «Research groups as «quasi-firms»: the invention of the entrepreneurial university», *Research Policy*, 32, pp. 109-121.
 HUNTINGTON, Samuel (1996), **O Choque das Civilizações**. Gradiua, Lisboa.
 KLUGE, Jürgen *et al.* (2001), **Knowledge Unplugged**. McKinsey & Company.
 MALHOTRA, Yogesh (2000), «Knowledge Assets in the Global Economy: Assessment of National Intellectual Capital», *Journal of Global Information Management*, July-September, vol. 8(3), pp. 5-15.
 MURTEIRA, Mário; NICOLAU, Isabel; MENDES, Vivaldo e MARTINS, António (2000), **Serviços Informacionais e Transição para a Economia do Conhecimento em Portugal**. GEPE, Ministério da Economia, Lisboa.
 OCDE (1999), **Towards Knowledge Based Economics**. Paris.
 PERROUX, François (1960), *Economie et Société: Contrainte, Échange*, Don. PUF, Paris.
 RODRIGUES, Maria João (2002), **The New Knowledge Economy in Europe**. Edward Elgar, Cheltenham.
 Reino Unido.
 SENGÉ, Peter (1990), **The Fifth Discipline: The Art and Practice of the Learning Organization**. Cf. uma síntese da obra em: <http://www.infed.org/thinkers/senge.htm>.
 SOKAL, Alan (1996), «Transgressing the boundaries. Towards a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity», *Social Text*, Spring/Summer.
 STIGLITZ, Joseph (2002), **Globalization and Its Discontents**. Penguin Books, Londres.
 TIDD, Joe *et al.* (2003), **Gestão da Inovação**. Monitor, Lisboa.
 UNDP (2003 e 2004), *World Human Development Report*.
 WALLERSTEIN, Immanuel (1987), «World System Analysis», *In* Giddens e Turner (Eds.), **Social Theory Today**. Polity Press, Nova Iorque.
 WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (1986), **The Age of Transition. Trajectory of the World System, 1945-2025**.
 WALLERSTEIN, Immanuel (2000), «Globalization or the age of transition? A long term view of the trajectory of the world system», *Economia Global e Gestão*, n.º 1-2.
 WILLIAMSON, John (1999), **What the Bank Should Think About the Washington Consensus**. Institute for International Economics.